6013.2024/0001337-8

Objeto: Aquisição de "Aparelhos Aferidores de Pressão Arterial - Esfigmomanômetros Digitais" e "Braçadeiras para Aferidor de Pressão", conforme especificações constantes neste Termo de Referência. A abertura será procedida por Agente de Contratação, no dia 30/09/2024 das 08:00 até as 14:00 horas. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos através da Internet pelos sites: <https://www.gov.br/compras/pt-br> / https://e-https://epubli.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio e <https://www.gov.br/pnec/pt-br>

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: [111178453](#) | Ata de Reunião

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH - 8ª Gestão

Data da Reunião: 23 de julho de 2024

Local: Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, Centro, São Paulo.

Aos vinte três dias do mês de julho do ano 2024, às 14h00, nas dependências nas dependências do Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, São Paulo - Capital, reuniram-se para a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as): **Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB), Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP) e Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde). **Convidados (as) presentes:** Ana Maria Maluf Moussalli (COHAB), Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Mônica Hussein Nasser (SEHAB/CMH), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/CMH), Nilson Edson Leônidas (Conselheiro CMH-COHAB), Rodrigo Mendes Romão (CEF), Johnny Oliveira (COHAB), Dulce Santana (Taquiografia). Entre outros. **Conselheiros (as) ausentes (justificaram ausência):** Aguinaldo da Silva França (ANESP), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Daniela Ferrari Toscano de Brito (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste) e Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie) **Conselheiros (as) ausentes:** Milton Vieira (SEHAB), João Cury Neto (COHAB), Alvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP) e Maksuel José da Costa (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo). **Pauta da Reunião: Item 1 -** Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH de 21/05/2024. **Item 2 -** Solicitação de Voto CECMH nº 21/2024 - Proposta de aprovação e convalidação do pagamento das custas cartorárias, em especial aos registros e averbações de contratos, termos de quitação com força de escritura pública das unidades habitacionais vinculadas ao Fundo Municipal de Habitação de São Paulo - FMH. **Item 3 -** Solicitação de Voto CECMH nº 22/2024 - Autorização para pagamento de indenização com recursos do FMH, referente aos contratos nº(s) 0056/20; 0055/20; 0089/21 e 0043/20, formalizados no âmbito do programa REVIT/19 - Execução de Serviços e obras referentes ao escopo geral da Ação de Reforma e Requalificação para Regularização Urbânica e Fundiária de Conjuntos Habitacionais. **Item 4 -** Solicitação de Voto CECMH nº 23/2024 - Programa Crédito Solidário com Recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS - no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH - Condomínio Novo Horizonte - 63 UH - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis - COOPAMARE - Solicitação de aditamento do convênio 026/13 e utilização dos rendimentos dos valores aportados em 2023 seguindo o que já estava autorizado anteriormente no convênio. **Item 5 -** Solicitação de Voto CECMH nº 24/2024 - Programa Crédito Solidário com Recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS - no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH - Condomínio Conquista - 27 UH - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis - COOPAMARE - Solicitação de aditamento do convênio 027/13 por mais 180 dias e utilização dos rendimentos dos valores aportados em 2023 seguindo o que já estava autorizado anteriormente no convênio. (doc. anexo). **Item 6 -** Outros Assuntos. **Início Reunião: Sr. Sidney:** Primeiro, quero agradecer os senhores e as senhoras que fizeram aqui presente para que pudéssemos realizar hoje a 8ª Reunião Ordinária do CMH, da 8ª Gestão. Hoje, dia 23 de julho de 2024. Declaro então, neste momento, que temos quórum e presença suficiente para que possamos realizar a nossa reunião, às 14 horas e 23 minutos, declaro aberta a reunião do dia de hoje. Gostaria também, para não compor esta mesa sozinho, gostaria de convidar o Nilson e o Johnny, que estão aqui também, para compor a mesa conosco. Dando sequência aqui, dentro da nossa ritualística, como foi informado previamente a todos os conselheiros, nós temos o item 1, que é a aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH. Então, hoje nós temos aqui presentes os senhores conselheiros. Se todos estiverem de acordo, permaneçam com as suas mãos abaixadas. Por gentileza, a fim de constar aqui, quem são os conselheiros aqui presentes com direito a voto? Três.

Ok, então, seguindo essa ritualística, e eu também voto. O item 1, se os senhores estiverem de acordo, nós vamos declarar aqui que ele está aprovado, que é aprovação da nossa última Ata. Permaneçam com a mão baixada. Declaro então aprovado o item 1 da nossa pauta. Nós temos aqui, são solicitações de votos do item 2 ao item 5. São solicitações de votos referentes a impactos no FMH. Gostaria de propor aqui para você. A Cristina então, que vai tocar essa pauta. Então, Cristina, nós temos o item 1, 2, 3 e 4 e o 5, são os votos 21, 22, 23 e 24. Aí vamos passar a palavra para a Cristina, que vai conduzir aqui. Cristina, você tem a palavra então, tudo bem? Você vai apresentar o item 2, que é o voto 21, que é a proposta de aprovação e convalidação do pagamento das custas cartorárias, em especial aos registros e averbações de contratos, termos de quitação com força de escritura pública das unidades habitacionais vinculadas ao Fundo Municipal de Habitação de São Paulo. **Sra. Cristina:** Boa tarde a todos, sou Cristina Pimenta Nunes, Assessoria da Presidência da COHAB. Nós apresentamos na reunião do Conselho Pleno, mês passado, um informe referente ao programa de escrituras da COHAB. Estamos com o programa, na verdade, a COHAB vem trazendo escrituras ao longo dos exercícios e nós institucionalizamos isso como um programa da companhia. Quando começamos o programa de escrituras, nosso diretor comercial está aqui presente conosco hoje para também participar desta reunião. Quando abrimos o sistema para que os mutuários pudessem solicitar escrituras, tiveram adesões também de pessoas que moram em empreendimentos do FMH, onde percebemos a necessidade de trazer também aqui para o Conselho. Nós apresentamos a título de informe lá, e estamos trazendo aqui a título de voto para vocês. O que acontece. Até então, a COHAB emitia o termo de quitação, e a família, a pessoa ia até o cartório e tirava sua escritura. Isso tem um custo para a família. Aqui são só instruções a respeito, falando do programa, como funciona, sobre a meta. Nós percebemos que das famílias que recebem o termo de quitação, apenas 17% vai lá e retira a escritura. Seja por falta de conhecimento ou por falta de recurso. Porque você paga, em média, e atualmente está R\$ 500, mas você pagava, em média, R\$ 400 a R\$ 450 para poder tirar a escritura. Então, o que nós fizemos na COHAB. Instituímos o programa onde a COHAB paga a escritura para o mutuário e entrega. Ao invés de entregar o termo de quitação para ele ir no cartório, já fazemos o trabalho do cartório e entrega para ele a escritura registrada. Então, ali já está concluído e, de fato, de direito é dele aquele imóvel. Nós fizemos várias campanhas, fizemos plantões itinerantes. Você está com um projeto novo, você vai lançando e vai vendo as dificuldades. Primeiro, lançamos só pela internet. As famílias ou iam pela internet ou vinham na central da habitação e faziam requerimento. Mas isso requer um deslocamento ou um conhecimento de informática. A adesão estava baixa. Então, nós fizemos, quando o novo diretor comercial assumiu, nós fizemos, então, projetos itinerantes de fazer plantões nos empreendimentos e chamar as famílias próximas dos empreendimentos para que as famílias fossem fazendo. E esse número foi se avolumando. Aí a desvantagem de não se emitir a escritura do imóvel. A pessoa fica lá só com um contrato, às vezes ela é um terceiro ocupante, ela não é o mutuário original, então a COHAB nem sabe quem está lá, não conhece a pessoa que está lá, ela está só com um contrato de gaveta, ela pagou de boa fé para uma pessoa, às vezes até à vista, o investimento da vida dela toda, a poupança, o carro, tudo que ela tinha para pagar por aquilo ali, correndo o risco de a qualquer momento alguém ir lá e falar, não, isso não é seu. A falta do registro na escritura, do registro no cartório, deixa a pessoa suscetível a esse tipo de risco. O incentivo é a informalidade, porque a pessoa às vezes não sabe que ela pode vir aqui na COHAB e falar, se eu for lá, eles vão saber que eu fiz isso e vão me tirar de lá. Então ela tenta fazer, repassar ou outras pessoas, o imóvel fica ali vazio, aí o cara vai invadindo ali e vai fazendo daquilo ali um comércio, um mercado negro ali, imobiliário, de uma coisa que não é dele. A falta de documentação também gera esse risco. A insegurança jurídica dos próprios mutuários. E o aumento anual do custeio da COHAB, porque aquele contrato fica ali ad eternum no sistema, ficamos pagando a manutenção dele para a empresa de informática que presta o serviço para nós. E quanto mais eu gasto com custeio, menos eu tenho para investir em habitação. Essa é a visão geral do programa de escritura, promover o registro dos imóveis já quitados e regularizados e entregar suas respectivas escrituras. Só é dono quem registra, porque se você não tem um papel, um documento falando que aquilo é seu, você só tem a posse, você não é proprietário, você é possuidor. Então, o produto final, quem quitou, passa a ser finalmente proprietário do imóvel. Aqui é o escopo do projeto, do programa. Ali são os números de empreendimentos do FMH que temos por zona. São sete na Zona Norte, onze na Zona Leste, seis na Zona Oeste e sete na Zona Sul. Aqui são os empreendimentos vinculados ao FMH, porque 40 mil mutuários quitados, e esse número é dinâmico, porque a cada dia eu tenho um novo mutuário quitando o seu imóvel. Aqui é um recorte só do que é do FMH, que é o que estamos trazendo para a volta aqui. Hoje nós temos em média no último recorte que foi feito até o mês passado para fazer essa apresentação, nós temos, em média, 14.321 imóveis quitados, vinculados ao FMH, cujos empreendimentos já estão regularizados. Porque os empreendimentos não regularizados é um outro programa da COHAB que usamos, foi um que eu já trouxe aqui também para vocês, que é o programa de escrituras, o Propriedade Garantida. Então, assim, se eu tenho imóveis vinculados à COHAB ou ao FMH que não está regularizado, não está comercializado, está só com o termo de permissão de uso, levamos para a Propriedade Garantida, e a escritura sai por lá com base na lei municipal e na lei federal que trata de REURB IS. Agora, se eu tenho um imóvel já regularizado com o contrato de compra e venda, que é o financiamento mesmo para transferência de propriedade, ele vem aqui para o programa de escrituras. Então esses são exclusivamente os imóveis regularizados, vinculados ao

FMH, quitados, que estão aptos a receber escrituras. Então o universo são 14.321 unidades quitadas, estamos falando aí numa média de R\$ 500,00 por escritura, geraria um custo para o FMH, ao longo dos anos de R\$ 7.160.500, 00. Para 2024, temos uma expectativa de registrar 4.192 escrituras, que seria o custo de R\$ R\$2.096.000 para este ano, que é o que vai onerar o orçamento do FMH este ano. Este é o objeto, inclusive, do voto que vocês vão apreciar hoje. Aqui são números do nosso atendimento itinerante. E tivemos o cuidado também de verificar a renda das famílias, porque não justifica também você onerar o município para pagar um registro de escritura de pessoas que podem arcar com esse custo. Então vocês podem ver que a grande maioria do público atendido é de zero a quatro salários mínimos. Na maioria, como ali a Zona Leste, que é onde mais tem empreendimentos, é de zero a dois. Então foi uma preocupação que a gente tivemos também de realmente estar atendendo famílias de baixa renda, não beneficiando quem tem condições. Do outro lado, estávamos falando até agora do lado do beneficiário. Do lado da COHAB, ao não registrar a escritura, ao não passar o imóvel para o seu nome, mesmo estando quitado, aquele imóvel continua registrado em nome da COHAB. O que isso gera? Numa ação de condomínio, uma eventual ação de débito condominial, ou em qualquer ação judicial que se tenha algum tipo de penhora, a primeira coisa que a administradora de condomínio faz é puxar no cartório a escritura, para saber em nome de quem que está e quem ela vai processar. Ela processa a COHAB. Se ela processa a COHAB em um imóvel vinculado ao FMH, essa despesa judicial onera o Fundo. Então estamos falando aí de uma média, isso aqui é COHAB FMH, de 2,19 milhões por ano. Se você dividir isso aí por... O programa Pode Entrar, são 210 mil reais a unidade habitacional. E você está falando que você está gastando 2,19 milhões por ano com despesa judicial. Quantas unidades por ano você está deixando de construir para ficar atendendo demanda judicial. Então, do nosso lado, o registro da escritura também desonera tanto a COHAB, nos imóveis vinculados a ela, quanto ao Fundo dos imóveis vinculados a ele. Aqui é uma visão do site, onde a pessoa pode entrar para requerer. Essa apresentação foi enviada para os conselheiros do Pleno, acredito que vai ser enviada para vocês também, da Executiva, porque, se eventualmente alguém, alguma população, alguma pessoa vier perguntar para vocês, como é que faz, vier com alguma dúvida, vocês têm informação do site da COHAB, onde que ela pode pedir a escritura dela, porque ela não precisa vir até aqui, na São João. Além dos movimentos itinerantes que fazemos, do atendimento de plantão, temos também, 24 horas por dia, 7 dias por semana, o site disponível e ele é intuitivo. Aqui a página, tem lá o botãozinho que a pessoa entra, tem as instruções de como ela pode fazer, o que ela pode fazer. Aqui, quem pode solicitar escritura. Participantes do contrato original e cônjuge, que é o que chamamos de mutuário original ou mutuante original. Inventariante, no caso de falecimento, no caso de herança. Representante legal e procurador. E terceiro com contrato de gaveta. Porque às vezes já é o terceiro, o quarto proprietário, estamos falando de imóveis de 40, 50 anos, de 30 anos que foram construídos, dificilmente é o mutuário original que está lá. Quando achamos o mutuário original, e vamos entregar a escritura para ele, ficamos até emocionado, porque a pessoa esperou a vida inteira. A gente fez um trabalho no Sonda, que são as casinhas, um mutirão que tem lá, são 251 casas, as pessoas contando a história, principalmente as mulheres, e viva nós, de cada título que aquela pessoa colocou ali. E ela estava num momento de entrega de documento para receber a escritura dela. Então, assim, é o sonho de uma vida que está realizando. Esta semana, no dia 25 de julho, a gente vai entregar as escrituras do empreendimento ali do Rio das Pedras, do Jardim Helena. E assim, isso estamos fazendo na parceria com a diretoria comercial dentro do programa de regularização fundiária, porque lá era um empreendimento que não estava regularizado, as matrículas foram emitidas em nome da prefeitura, aí o comercial não consegue fazer a transferência porque não é da COHAB. Então nós utilizamos a Lei de REURB do Programa Propriedade Garantida, a 17.734, e a Lei 17.859 que dá anistia para as famílias. Então assim, além de receber a regularização, a escritura, elas ainda foram anistiadas dos seus débitos por força de lei. Então isso para nós é uma satisfação muito grande que, finalmente, eles vão levantar o papel para agora é meu mesmo. E para eles, a desconexão, porque agora, inclusive, eles estavam até fazendo planos de investir numa reforma e melhorar lá o empreendimento, o condomínio, porque o que eles pagariam de prestação, que eles não vão precisar pagar mais, eles vão poder fazer o rateio para melhorar o ambiente onde eles vivem. Aqui também a carinha do sistema. E é isso. Alguma pergunta? **Sr. Sidney:** Agradeço aqui a apresentação da Cristina Pimenta e também aproveito aqui a oportunidade para submeter aos senhores aqui, conselheiros, se estão de acordo para a aprovação desse item para voto número 21/2024. Se todos os conselheiros aqui presentes estiverem de acordo permaneçam com as suas mãos abaixadas. Então neste momento, às 14 horas e 39 minutos declaro por aprovação unânime o item 2 da pauta, que é a solicitação do voto 21/2024. Chegou aqui à mesa um pedido de inversão de pauta e nesse sentido consulto os senhores conselheiros. O Rodrigo que está aqui presente, representando a Caixa Econômica Federal. Ele vai, se os senhores estiverem de acordo, são dois itens, duas solicitações de voto que a Caixa vai apresentar. Então, nesse sentido, eu submeto para os senhores, se autoriza a inversão de pauta. Se estiver de acordo, permaneça com a sua mão baixada. Rodrigo, vem para cá, você tem a palavra. Então nós vamos submeter agora o voto 23 e 24. Do que trata o item 23, é o Programa de Crédito Solidário com Recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, o FDS, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, do Condomínio Novo Horizonte, são 63 unidades habitacionais, que se trata da cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis, a COOPAMARE. Solicitação de aditamento do convênio 026/2013

e utilização dos rendimentos dos valores aportados em 2023, seguindo o que já está autorizado anteriormente no convênio. Esse é o voto do item 4, voto 23. E não obstante isso também, dando sequência já vou aqui proclamar também o item 24. Solicitação de voto do CMH, voto número 24/2024. Trata-se do programa de crédito solidário com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, FDS, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação do Condomínio Conquista. São mais 27 unidades habitacionais da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Matérias Reaproveitáveis - COOPAMARE. É uma solicitação de aditamento do convênio 27/2013 por mais 180 dias, e utilização dos rendimentos valores aportados em 2023, seguindo o que já estava autorizado anteriormente no convênio. Dessa forma, Rodrigo, você tem a palavra. **Sr. Rodrigo:** Boa tarde a todos. Boa tarde membros da mesa e demais participantes. Como bem foi falado são dois temas de prorrogação de dois empreendimentos da Cooperativa COOPAMARE, dos Catadores de Papéis aqui de São Paulo. O primeiro empreendimento é o condomínio Novo Horizonte. Ambos são no centro. Esse daqui é na rua Brigadeiro Tobias, 258, na Santa Efigênia. São 63 unidades. E o segundo, eu vou falar com os dois ao mesmo tempo, que é exatamente o mesmo pedido para os dois. E o segundo, também da COOPAMARE, é o empreendimento Conquista, são 27 unidades, o endereço dele é na Rua Vitória, número 100/104, também aqui na Santa Efigênia. Então são dois empreendimentos que nós temos o termo de parceria com a COHAB, ele está vencendo agora esse termo e o nosso pedido é para prorrogar nas mesmas condições o último termo para mais 180 dias em ambos. Esses empreendimentos eles foram inicialmente contratados, o primeiro pedido deles foi em 2009. Ele teve algumas paralisações no período. Tivemos reajustes de termos de engenharia, termos técnicos para revisão de qualidade do projeto, ele teve uns seis anos atrás uma paralisação, uma invasão, foi novamente retomado e nós demos sequência. Hoje ambos os empreendimentos estão em andamento, estão em obra. A nossa última medição no último mês, o Novo Horizonte, que é o empreendimento maior, que são 63 unidades, ele está com 89,76% de obra. E o Conquista, que é um empreendimento um pouquinho menor, está com 77,56%. Então, o pedido da nossa área técnica e engenharia para fim de continuarmos trabalhando aí com o convênio válido é a prorrogação das mesmas condições por 180 dias, que conforme a nossa área técnica é tempo suficiente para terminarmos e entregar os dois empreendimentos, está com ele 100% dentro da Caixa. Cabe ressaltar que são empreendimentos que já receberam aporte no passado, então não há pedido de aporte suplementar, o valor que está aportado ele é um valor que estamos contando para finalizar esse empreendimento, mas assim como no convênio original, sempre solicitamos o valor aportado, ele fica numa poupança e ele tem um rendimento. Então é importante esse valor do rendimento, caso a engenharia entenda necessário que precise de algum benefício, fazer algum ajuste ou alguma obra de emergência, alguma questão aí para a beneficiária do próprio empreendimento estar disponível para utilizar também, por isso que colocamos a prorrogação da utilização de possíveis juros de poupança. Se a área técnica da Caixa entender que não é necessário a utilização até o final da obra desses juros, ela devolve para o Fundo esse valor dos juros. Historicamente sabemos que alguns empreendimentos acabam tendo algumas questões aí no meio do período, que às vezes uma obra mais de um muro ou uma beneficiária em área comum, e às vezes um valor de diferença de juros que tem aí é suficiente para cobrir e não é necessário pedir novos aportes, por isso que queríamos manter essa autorização que já tínhamos também nessa prorrogação por 180 dias para evitar qualquer solicitação futura de novos recursos. Então a condição do empreendimento mantém a mesma. Ambos estão em andamento, tendo evolução mensal, e 180 dias é o período que pedimos para prorrogar, exatamente com as mesmas condições anteriores. Ambos estão aí no mesmo pedido. Por que 180 os dois? Como o que está com 77 é o menor, então dentro do período de obra ele vai avançar junto e a expectativa é entregar os dois ali ao mesmo tempo. É isso, obrigado. **Sr. Sidney:** Pessoal, alguém tem alguma dúvida aqui dos conselheiros presentes para que o Rodrigo possa fazer um esclarecimento adicional? (Não houve manifestação). Rodrigo, muito obrigado. Neste momento, então, eu vou pedir para a gente já colocar aqui para deliberação de voto. Neste instante, então, o item 4 da pauta é a solicitação do voto 23/2024, que nós já proferimos ele no início da fala. Nesses termos, os conselheiros aqui presentes, se estiverem de acordo, permaneçam com as suas mãos abaixadas para que possamos constar em Ata a aprovação do item 4 da nossa pauta. Declaro neste momento, às 14h47, que foi aprovado por unanimidade, o Item 4. Da mesma forma, submeto aqui a votação do item 5 da pauta, que trata do mesmo tema e pede a prorrogação do contrato nos termos explicados aqui do Condomínio Conquista, 27 unidades da COOPAMARE. Se os senhores estiverem de acordo, permaneçam com a mão baixada. Então, declaro aqui também que esse item 5 foi aprovado por unanimidade, favor constar em Ata. Neste momento, avançando aqui na pauta, muito obrigado Rodrigo pelo esclarecimento. Voltamos aqui ao nosso item de pauta, que é o item 3. O item 3, pode colocar ele na tela por favor, é o item que pede a solicitação de voto do Conselho Municipal de Habitação de número 22/2024, que trata-se de autorização para pagamento de indenização com recurso do FMH referente aos contratos 56/20, 55/20, 89/21 e 43/20. Formalizados no âmbito do programa REVIT-19, e trata-se da execução de serviços e obras referentes ao escopo geral da ação de reforma e requalificação para regularização urbanística e fundiária de conjuntos habitacionais. E foi submetido aos senhores conselheiros e foi mandado aqui um documento anexo. Nesses termos aqui agora passa a palavra, quem vai nos explicar esse item é o Nilson. **Sr. Nilson:** Obrigado, boa tarde a todos conselheiros. O fruto desse pedido, criamos em 2019, um programa chamado REVIT, que trataria de reformulação e reforma de conjuntos

habitacionais, visando a regularização deles aqui. Esses conjuntos que estamos falando aqui se referem ao parque de locação social, Gato, Olarias, todos aqueles empreendimentos lá. Naquela época, estamos falando que essas obras aqui foram contratadas em 2020, naquela época, nós estávamos bem no meio da Covid, nessa situação, e as obras tiveram muito o ritmo reduzido. Elas reduziram um pouco a execução delas, só que se esticaram no período longo. Teve uma aqui do Gato que teve 20 medições. 20 medições significam 20 meses de obra sem reajuste. Originalmente, esses contratos eram para ser de seis meses, que usamos por ata de registro de preço, e esses contratos, tem um entendimento jurídico que contratos inferiores a um ano, eles não teriam reajuste. Só que a data base do contrato, que é março de 2020, e o prazo de execução dele, que passou mais de um ano, até quase dois anos, no caso do Parque do Gato, já inseria um reajuste na época. Então as empresas entraram com um pedido de indenização referente ao reajuste, e o jurídico aconselhou que é procedente. Isso aqui tem que submeter ao FMH, essa situação de reajuste. Continuamos com esse programa REVIT até hoje, só que as condições hoje são diferentes, porque já embute o reajuste automaticamente quando o prazo passa de 12 meses, que é tradicional. Inclusive, posso dar até um outro exemplo para vocês aqui, que no Pode Entrar Entidades, todas as entidades aqui estão recebendo os reajustes agora nos convênios, referente à data base de 12 meses da assinatura. Isso já corrige e já estão recebendo agora. Naquela época, eles não conseguiram receber isso aqui, porque não estava previsto, e depois passou bastante tempo, eles entenderam que os custos dos materiais tiveram uma mudança de padrão de custo do material pós-Covid. Na verdade, teve uma subida bem grande de tudo quanto é coisa aqui no Brasil em geral. Então, o pleito deles aqui é satisfatório, aceitável, e levando aqui ao Fundo indenizá-los quando tiver dinheiro disponível. Porque hoje, na prática, não tem o dinheiro disponível. Orçamentariamente vamos ver se vai para frente no plano de investimentos, se dá para encaixar isso aqui. Mas é um direito que eles ganhariam na justiça isso aqui. Por isso que o jurídico deu um parecer positivo aqui para encaminarmos no sentido de aprovar essa indenização aqui cabível. E evitamos também uma ação judicial, que só vai trazer desgaste para a COHAB e para as empresas aqui. É isso, Secretário. Estou à disposição para alguma dúvida. **Sr. Sidney:** Neste momento aqui, então, passo a palavra aos senhores conselheiros para que, se tiver eventual dúvida, para o Nilson poder esclarecer. **Sra. Paulina:** Estou com uma dúvida, a indenização. **Sr. Nilson:** A indenização aqui cabida é referente ao serviço executado de reformulação do Gato, Olarias, todos os conjuntos de locação social. Eles executaram um serviço lá atrás, em 2020, e que, depois que passou o período de 12 meses, eles caberiam o reajuste. Eles não receberam esse reajuste. A indenização, justamente, é o valor desse reajuste que não foi aplicado lá na época. **Sra. Paulina:** É isso aí que eu queria entender. Aliás, vou me identificar, sou a Paulina, todo mundo me conhece, Conselheira Municipal, Conselheira do CEPM da Casa Verde. E dizer do Lidiiane, estou vendo o nome do Lidiiane aqui, mas depois faço essa pergunta, porque tem o Lidiiane I e o Lidiiane II, e eu sou a presidente. Concordo, a respeito disso aí para o atraso, que a pessoa se prejudicou, é lógico que tem que ser algo... **Sr. Nilson:** Foi uma execução bem difícil na época, no meio da Covid. **Sra. Paulina:** Isso aí eu entendi. **Sr. Nilson:** Estão executando lá, obrigado. **Sra. Paulina:** Tudo bem, só queria entender. **Sr. Sidney:** Algum conselheiro aqui mais presente gostaria de algum esclarecimento adicional? Ok, Nilson, obrigado pela apresentação. Neste momento, então, submeto aqui a deliberação para a solicitação de voto número 22/24, que trata da autorização de pagamento da indenização por recurso do FMH referente aos contratos 56, 55 e 43/20 e 89/21. Formalizados no âmbito do programa REVIT-19, execução de serviços e obras referentes ao escopo geral da ação de reforma e requalificação da regulamentação urbanística e fundiária de conjuntos habitacionais, cujos documentos estão anexos. Neste momento, submeto aqui, então, a palavra e a deliberação para voto de aprovação ou não dos senhores conselheiros aqui presentes. Se estiverem de acordo, permaneçam com as suas mãos baixadas. Ok, então, nesse momento, às 14h54min, declaro por unanimidade a deliberação e aprovação do voto 22/2024. Bom, dando sequência aqui, chegamos ao item 6 da pauta, que trata-se de outros assuntos. Os senhores conselheiros aqui presentes, gostaria de colocar mais algum outro assunto, de uma forma geral, para que essa Secretaria da Mesa possa analisar e dar algum retorno para vocês? Vocês têm a palavra aí. Paulina, o microfone, então, por favor. Obrigado. **Sra. Paulina:** Então, a respeito da regularização fundiária, eu vi ali naquele documento que vocês mandaram que está o Lidiiane I e o Lidiiane II. A Favela da Paz, ela está sendo pedida para ser urbanizada desde 2000, faz mais de 20 anos. E está pelo Ministério. Eu tenho o documento em casa. E eu não a vi citada nesse documento. E hoje a minha reivindicação também é no COHAB Casa Verde, que também sou presidente. Porque tem muita gente, que eu queria que vocês esclarecessem para mim, que muitos moradores faleceram. Quantos anos faz? 34 anos. 35 anos já. E muitos que faleceram, os pais e a mãe, praticamente não vieram fazer a documentação. Conversei com alguns, para eles virem diretamente na COHAB, ou como é que podemos fazer. Hoje, a situação praticamente está em regularização. A COHAB Casa Verde, o Nilson sabe que nós compramos praticamente o terreno. Não foi construído pelo órgão. Nós construímos nossa moradia. Hoje, como está a escritura, como a menina falou, aproveitei para fazer uma coisa só. As escrituras de lá praticamente foram cobradas antes. Hoje, graças a Deus, não estão sendo cobradas. Eu paguei mil e pouco na minha, na época da minha filha também. Parabéns pelo trabalho, pelo menos as pessoas de baixa renda que estejam em uma situação meio complicada consigam ter, e esse trabalho eu vou ficar levando para COHAB Casa Verde, que foi aprovado. Agora, só que eu estou com uma dificuldade mais nesse negócio do Limão, no Lidiiane.

Entendeu por quê? Está o Lidiiane I e Lidiiane II. Lidiiane I e Lidiiane II entreguei agora. É apartamento, mas a Comunidade da Paz não é Lidiiane I e Lidiiane II, a Comunidade da Paz tem muito mais de 300 pessoas, muito mais. Quer dizer que assim, até o benefício também de regularizar eles, também reformar as moradias deles, que nós não vamos mexer mais, que faz muitos anos que eles estão ali, mais de 40 anos, quer dizer que também tem que estar nesse pacote. Só essas minhas reivindicações. Se tiver alguma resposta, se não, posso mandar um ofício também pedindo. **Sr. Nilson:** Paulina, aqui nós estamos falando de empreendimentos que têm um vínculo com o FMH. Eu não sei se esse empreendimento tem ou não esse vínculo, precisa levantar isso aí. É SEHAB, não é, Cris? Eu acho que a SEHAB, a regularização fundiária é por CRF, é pela SEHAB, não é por esses rituais que a COHAB está adotando aqui, o FMH. **Sr. Sidney:** Senhora conselheira Paulina, eu recomendo, se tiver alguma questão aí, formal, por questão formal, que faça o ofício aí, para podermos responder e consignar em Ata. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Sidney Nery encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Documento: [11127988](#) | **Notificação**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados de deste Edital tiveram conhecimento que, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Lei Municipal nº 17.734/2022, do Provimento nº 56/2019 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade ao procedimento de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA de interesse social do núcleo urbano irregular denominado

CAFEZAIS, tratado no processo administrativo P.A 2018-0.113.869-5, com origem na Matrícula nº 88.842 do 11º Registro de Imóveis e acesso principal pela Rua dos Cafezais.

Ficam, portanto, **NOTIFICADOS** de que dispõem do prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital, para querendo, MANIFESTAREM-SE quanto ao procedimento de regularização fundiária acima especificado, por meio do seguinte endereço eletrônico: notificacaoereg@prefeitura.sp.gov.br.

Transcorrido este prazo, a ausência de manifestação será interpretada como concordância com a regularização fundiária, de acordo com o que autoriza a legislação citada. E para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expedire-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município.

São Paulo, 24 de setembro de dois mil e vinte e quatro.

Documento: [11114310](#) | **Notificação**

DO PROCESSO Nº 2017-0.138.137-7

1ª LISTAGEM DOS BENEFICIÁRIOS DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA DO NÚCLEO URBANO CONSTANTINO DE OLIVEIRA LEDO II

Quadra Lote/ Nome Completo (1º titular) CPF (1º titular) / Nome Completo (2º titular) CPF (2º titular)

0010001 / Liliane da Silva Leal Mabub - CPF n. 135.xxx.xxx-40 / Salim Jorge Mabub - CPF n. 128.xxx.xxx-05

0010002 / Vinícius Leal Mabub - CPF n. 415.xxx.xxx-44 0010003 / Vander Leal Mabub - CPF n. 439.xxx.xxx-09

0010004 / Maria de Lourdes dos Anjos da Silva - CPF n. 104.xxx.xxx-48 / Jose Arnaldo Pereira da Silva - CPF n. 054.xxx.xxx-78

0010005 / Eliete Eugenia dos Santos - CPF n. 010.xxx.xxx-55 / Marivaldo Silva de Farias - CPF n. 104.xxx.xxx-00

0010006 / Dilma Costa Souza - CPF n. 271.xxx.xxx-90

0010007 / Renata Lucia de Andrade Dias - CPF n. 221.xxx.xxx-19 / Ricardo Aparecido Dias - CPF n. 271.xxx.xxx-29

0010008 / Gidalva Souza Vieira Aragão - CPF n. 572.xxx.xxx-20 / Angelivaldo de Souza Aragão - CPF n. 353.xxx.xxx-87 / Marina Passos Azevêdo - CPF n. 349.xxx.xxx-10 / Pedro Pereira de Azevêdo - CPF n. 294.xxx.xxx-20 / Edson dos Santos Melo - CPF n. 175.xxx.xxx-30 / Maria Helena Santos da Silva - CPF n. 269.xxx.xxx-00

0010009 / Francisco Antonio Gomes da Costa - CPF n. 148.xxx.xxx-61 / Rosineide Azevêdo Gomes - CPF n. 298.xxx.xxx-86

0010010 / Ramon Rodrigues de Jesus - CPF n. 412.xxx.xxx-17 0010011 / Raimunda Pereira dos Santos - CPF n. 118.xxx.xxx-90